

FOCO NA CONSTITUIÇÃO DE UM DOCENTE INCLUSIVO: UMA ANÁLISE DE REVISTAS PEDAGÓGICAS

Renata Porccher Scherer
renata_ps3@yahoo.com.br

Este texto apresenta resultados parciais de uma pesquisa que tem como objetivo investigar que significados sobre as adaptações curriculares são produzidos e colocados em ação por documentos legais e revistas pedagógicas, e que conjunto de práticas permite compreender as adaptações curriculares como objeto de discurso, constituindo, assim, condições para o seu aparecimento histórico. Para tanto, toma como objeto empírico um conjunto de documentos legais e de revistas especializadas que abordam a questão das adaptações curriculares. A pesquisa fundamenta-se na perspectiva teórica pós-estruturalista, principalmente no pensamento de Michel Foucault. Assim, o conceito de discurso¹ foi utilizado como ferramenta teórico-metodológica para tratar, organizar e analisar o volume de informações produzidas a partir do exame do material empírico.

¹ Para Foucault (2004), os discursos devem ser compreendidos como práticas que formam os objetos de que falam. “Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos, para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever” (ibidem, p. 55).

Após essa breve apresentação da estrutura do trabalho, realizo um breve recorte histórico com relação ao meu objeto de pesquisa, e em seguida passo para a análise do material empírico.

Início esta reflexão com as palavras de Nietzsche (1996, p. 57): “Inventamos as verdades. Esquecemos que inventamos. Esquecemos que esquecemos”. Com a ajuda do autor, desejo afirmar que a relação entre currículo, inclusão e adaptações curriculares não existe em si mesma, é uma invenção. Seus significados são inventados/construídos a partir de complexas relações de poder-saber. Portanto não podemos falar qualquer coisa sem antes situar historicamente o objeto que iremos analisar. Torna-se necessário mostrar como determinados discursos produzem formas de compreendermos a inclusão e as adaptações curriculares.

Cabe, neste momento, destacar que olho para o currículo como uma invenção; que ao escolher determinados conhecimentos em detrimento de outros se constituem certas formas de ser sujeito no mundo contemporâneo. Assim, ao aceitarmos que o currículo é uma invenção e que os conteúdos escolhidos para fazer parte dele nos constituem como sujeitos, deveríamos nos questionar, como nos provoca Dal’Igna (2007, p. 46): “Quais conhecimentos temos privilegiado? Com que efeitos? Para quem?”.

Dal’Igna (ibidem) utiliza essas questões para refletir sobre o currículo. Mas elas também podem ser utilizadas para refletirmos sobre as adaptações curriculares: o que temos feito? Com que efeitos? Para quem? Espero que este estudo permita construir algumas respostas para essas perguntas.

Nas décadas de 1980 e 1990, podemos observar uma proliferação de discursos, leis, conferências sobre a questão da inclusão. A própria expressão *inclusão* passa a ser usada como um jargão na área educacional, para marcar as práticas que desejaríamos serem mais justas, democráticas e solidárias.

No ano de 1998, temos a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Com a publicação desse documento, o Brasil busca homogeneizar os componentes curriculares para toda sua extensão territorial. A partir dessas diretrizes, surge a necessidade de se criar estratégias para os alunos que não conseguem acompanhar os

conteúdos estabelecidos como mínimos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, voltados para a educação especial, são nomeados como: *Adaptações curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais*. Segundo esse documento, os professores devem considerar a *diversidade* que é encontrada entre os educandos nas instituições escolares, e isso requer “medidas de flexibilização e dinamização do currículo para atender, efetivamente, às necessidades educacionais especiais” (BRASIL, 1998, p. 13). Podemos observar que os parâmetros curriculares sugerem a utilização de adaptações curriculares para que se possam atender efetivamente os alunos que tenham demandas diferenciadas dos demais. Em decorrência de uma política de educação inclusiva, todos devem estar na escola regular, nomeada agora como inclusiva. Como nos mostra Menezes (2008, p. 115), “se a escola opera para e sobre a normalização dos indivíduos, colocar os sujeitos com deficiência nesse espaço [escola regular] pode significar também trabalhar para sua normalização”.

A partir do momento em que os alunos com deficiência passam a ser inseridos na escola, observa-se outro movimento: a questão da inclusão começa a ganhar matérias em revista e, inclusive, vira tema de novela. Aos poucos, vamos sendo convencidos de que incluir é o melhor (e único?) caminho. No entanto tal universalização não se dá de forma homogênea e sem críticas. Fabris (2011), ao discutir as relações da in/exclusão e do currículo escolar, nos questiona: “O que fazemos com os incluídos?”². Penso que a questão levantada pela autora é bastante provocativa, pois nos desafia a romper com a lógica das denúncias e queixas sobre a não preparação para a inclusão. Segundo Fabris, “parece que seria mais produtivo reivindicar espaços de discussão, pesquisa e análise conjunta das experiências e do currículo escolar” (ibidem, p. 35). Assim podemos identificar uma proliferação de estudos que passam a condenar essa inclusão-excludente, defendendo que todos na escola devem ter acesso ao conhecimento. Tais estudos apresentam, além de críticas a esse modelo, estratégias de como considerar todos os alunos nos processos de ensino e aprendizagem. Alguns pesquisadores têm denominado essa estratégia como “adaptação curricular”. Assim, reitero meu desejo de investigar as adaptações curriculares para compreender as condições de possibilidade para a criação

² Fabris (2011) apresenta essa questão no título de seu artigo publicado na revista *Educação Unisinos*.

dessa verdade educacional. Para tanto, apresento uma parte das análises realizadas que têm como foco investigar os investimentos feitos na constituição de um docente inclusivo, a fim de que essa verdade se estabeleça. E é essa análise que apresento a seguir. O exercício de análise dos materiais mostrou que a expressão flexibilização adquire força, ao falarmos em inclusão, mas também se encontra relacionada a outras ideias, como podemos observar a seguir:

Mente Estimulada: o professor deve entender as dificuldades dos estudantes com limitações e desenvolver formas criativas para auxiliá-los.

Fonte: Nova Escola, n. 223, jun./jul. 2009, p. 92.

Na matéria da revista Nova Escola de 2009, encontramos um relato que explica a chamada em destaque no quadro acima: enquanto a turma de Moisés se dedica à leitura de fábulas, ele realiza desenhos sobre o mesmo tema, para exercitar o foco. Na chamada dessa matéria, podemos ver que a figura do professor aparece em destaque, pois ele deverá utilizar sua criatividade para auxiliar os seus alunos. O que é importante nas reportagens analisadas é mostrar que cabe ao professor planejar atividades que possibilitem o respeito às individualidades, identificar e trabalhar as qualidades de cada aluno. Sendo assim, podemos observar que a flexibilidade é uma característica exigida especialmente do professor que irá atuar com os alunos ditos de inclusão. Podemos observar que cada vez mais se exige que tal professor esteja preparado para a inclusão, e caberá a ele buscar esta preparação. As matérias selecionadas trazem investimentos que parecem ter como foco a constituição de um docente inclusivo, como podemos observar nos exemplos seguintes:

Inclusão: Você está preparado?

Fonte: Nova Escola, n. 11, Edição Especial, out. 2006, p. 7.

Atitudes do Educador que inclui!

Nova Escola, n. 192, maio 2006, p. 42.

É preciso estar atualizado para fazer a diferença!

Pátio, n. 48, nov. 2008/jan. 2009, p. 20.

Uma das reportagens da revista Nova Escola, publicada em 2006, convida o professor para fazer uma autoavaliação, pois é importante verificar se ele está preparado para promover a inclusão. Em outra reportagem do mesmo ano, são mencionadas atitudes de professor inclusivo: conhecer a legislação, pesquisar sobre as deficiências, acreditar no potencial de aprendizagem de cada aluno, planejar as aulas para que possa oferecer um tempo específico para o aluno. Na reportagem da revista Pátio, de 2008/2009, uma especialista enfatiza a importância de os professores se manterem atualizados para promover a inclusão. Outras reportagens, não apresentadas aqui, reforçam o que foi dito e procuram tranquilizar os professores com relação ao sentimento de receio frente à inclusão, garantindo que na prática tudo ficará mais fácil.

Ao realizar um primeiro exercício, percebi que: 1) o professor parece assumir a centralidade do processo de inclusão – é necessário investir nele, utilizando estratégias para que ele esteja preparado para trabalhar com esses alunos; 2) especialistas são chamados para falar sobre a inclusão e preparar/convencer os professores com relação ao processo de inclusão; 3) exige-se do professor atitudes como a flexibilidade, para que este supere seu receio e crie atividades diferentes, dando mais força para as flexibilizações do currículo. Caberá ao professor conhecer as necessidades de cada um e propor atividades que contemplem essas necessidades.

Como tentei mostrar, o material empírico é bastante instigante. Por isso, mesmo de forma parcial, consigo apresentar alguns resultados consistentes mas reafirmo a importância de aprofundar mais as análises realizadas. Então finalizo este texto nas palavras de Foucault (1998, p. 13): “Existem momentos na vida onde a questão de saber

se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê é indispensável para continuar a olhar ou a refletir”. A partir desse pensamento, concluo afirmando que para continuar a olhar e refletir é importante duvidar do que pensei e vi até aqui, para pensar diferente do que pude pensar e perceber o que não consegui ver até agora.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC/SEESP, 1998.

DAL’IGNA, Currículo, conhecimento e processos de in/exclusão na escola. In: LOPES, Maura Corcini; DAL’IGNA, Maria Cláudia (Org.). **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Ed. Ulbra, 2007. p. 35-48.

FABRIS, Elí Terezinha Henn. In/Exclusão no currículo escolar: o que fazemos com os “incluídos”? **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 15, n. 1, jan./abr. 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1998. v. 2.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Obras incompletas**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

NOVA ESCOLA. Edição especial. **Inclusão**. São Paulo: Fundação Victor Civita, n. 26, jul. 2009.

_____. A revista de quem educa. **A copa vai à escola**. São Paulo: Fundação Victor Civita, n. 192, maio 2006.

_____. Edição Especial. **Inclusão: todos aprendem quando as crianças com deficiência vão à escola junto com as outras**. São Paulo: Fundação Victor Civita, n. 11, out. 2006.

PÁTIO. Revista pedagógica. **A escola flexível**. Porto Alegre: Artmed, n. 32, nov. 2004/jan. 2005.